



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

ÉTICA E RACIONALIDADE NA AÇÃO PASTORAL CATÓLICA DO BRASIL: 1950-1970

Ivana Teixeira Silveira*
(UESB)

RESUMO:

O presente artigo tem como proposta analisar as linhas de atuação da Igreja Católica, estabelecidas como ação pastoral, especificamente entre os anos de 1950 a 1970. Estas linhas estão concretizadas em programas nomeados propriamente como Pastorais (da Saúde, da Família, do Menor, etc), ou sob outros designativos (MFC, Movimento Familiar Cristão; Apostolado da Oração; Movimento Mãe Peregrina, etc.). Para o conceito de ação pastoral, busquei o apoio da sociologia da religião de Max Weber, especificamente com os conceitos de racionalidade, religiosidade ética e congregação.

PALAVRAS-CHAVE: Catolicismo, Ação Social, Racionalidade.

INTRODUÇÃO

A ação pastoral dos Programas Pastorais Católicos concretiza-se, em primeiro lugar, em áreas paroquiais, ou seja, nas dimensões das igrejas católicas, porém, de forma diversa, variando geograficamente, quer segundo a paróquia, quer segundo a cidade. Por exemplo, a Pastoral da Saúde está presente nas dimensões paroquiais de Vitória da Conquista, Bahia, mas, não está, nas dimensões paroquiais da cidade de Anagé. Segundo, são programas que podem ter registros jurídicos próprios, independentes da Igreja Católica, a exemplo do MFC (Movimento Familiar Cristão) que atua na área de família. Porém, identificam-se como programas que, direta ou indiretamente, fazem parte da

* UESB, Mestre em Sociologia, teisil@ig.com.br



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Igreja: podem não pertencer a ela de direito, mas pertencem de fato. Terceiro, a ação pastoral não representa a voz da Igreja Católica, até mesmo porque essa última é uma instituição extremamente complexa e, de certa forma, planetária. Portanto, a prática pastoral estabelece, concomitantemente, o trabalho do leigo e do clero. Além do mais, são dois segmentos que vão reforçar essa complexidade da Igreja, em virtude de serem muito mais heterogêneos do que propriamente homogêneos.

Outro parâmetro de identificação da ação pastoral, está na sociologia da religião de Max Weber, diante do conceito ação social religiosa racional: uma atividade cotidiana implementada por práticas e representações ligadas a uma finalidade. Quatro eixos conceituais ratificam esta racionalidade da ação pastoral católica: 1) está ancorada numa religiosidade ética, ou seja, ela firma preceitos normatizados pela instituição católica, mais especificamente, pelas conferências eclesiais, norteadas por concepções intelectuais; 2) uma ação atrelada a regimes de congregação, levando-se em consideração o fato dela concretizar para seus agentes, uma relação associativa duradoura com direitos e deveres fixos. Além do mais, há o estabelecimento da relação sacerdote-leigo; 3) decorrente do regime de congregação, a ação pastoral está impregnada por uma interferência sacerdotal, porquanto suas linhas de ação devem se adequar com as da Igreja, ratificando, assim, a interferência do padre; 4) também proveniente do regime de congregação, a ação pastoral é estabelecida pelo trabalho leigo. O agente dos Programas Pastorais é um leigo, porque concretiza sistematicamente seu estilo de vida cotidiano às finalidades da ação pastoral. Existe um exercício regular de reuniões, de discussões e de práticas, metodicamente atreladas a um tempo e a um lugar. Se, por uma parte, o aprimoramento do seu trabalho tende ao intelectualismo, por outra, o leigo se prende aos preceitos tanto da religiosidade ética, como da interferência sacerdotal.

Não pretendo mostrar, aqui, uma mera narrativa de fatos históricos dessa ação pastoral católica, mesmo porque pelos dizeres do próprio Weber: “o importante no



estudo da religião não é o que acontece na rotina dos acontecimentos, mas a dimensão do significado que possui esses mesmos acontecimentos” (1994: 282). Desse modo, trata-se de edificar uma historicidade que estabelece a racionalidade da ação pastoral católica, à luz das conceituações da sociologia weberiana da religião.

A IDENTIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PASTORAL:

A criação de três instâncias da hierarquia eclesial da Igreja Católica instalou os preceitos normativos da religiosidade ética e reiterou a racionalidade da ação pastoral a partir dos anos 50: 1) a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; 1952; 2) o CELAM (Conferência Episcopal Latino Americana) em 1955; 3) o acontecimento do Concílio Vaticano II na Igreja de Roma em 1962. Em virtude desses fatos, os Programas Pastorais passam a delinear suas linhas de ação em função das novas políticas religiosas implantadas com o Concílio Vaticano II e revigoradas no CELAM e na CNBB.

Da mesma forma, os Programas Pastorais, propriamente ditos, são os responsáveis pela concretização do regime de congregação que, por sua vez, instituiu a interferência sacerdotal e o trabalho leigo. Como destaque inicial desses programas está a Ação Católica Especializada (ACE), advinda da Ação Católica (AC) criada em 1930, e representou, assim, uma vanguarda na ação pastoral da periodicidade aqui demarcada (1950-1970). A AC foi edificada por lideranças de camadas altas da sociedade, porém, com o estabelecimento da ACE, o ‘esforço de agir pedagogicamente sobre as massas’ foi sendo concretizado em vários campos de atuação, instituindo o intelectualismo e o trabalho leigo, e corroborando a racionalidade da ação pastoral católica. Sempre buscando os subsídios das ciências humanas e sociais, além de servir como instrumento de apoio para vários movimentos sociais, as especialidades foram introduzidas da seguinte forma: a JAC (Juventude Agrária Católica), introduzida junto a trabalhadores e sindicatos da área rural; JEC (Juventude Estudantil Católica) junto aos estudantes



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

secundaristas; JIC (Juventude Independente Católica), no trabalho de apoio ao engajamento de jovens no mercado de trabalho das classes médias; JOC (Juventude Operária Católica), em conjunto com os sindicatos, associações de classe, organizando congressos e assembléias tanto em nível regional, como em nível nacional; JUC (Juventude Universitária Católica), atuando no meio universitário inclusive em parceria com a UNE (União Nacional dos Estudantes) (Apud, MARIAE, 1994).

A ACE abriu perspectivas para a criação da CNBB, possibilitando, sobretudo, por parte do clero, que a ação pastoral se consolidasse de maneira descentralizada, isto é, 'reconhecendo, ao mesmo tempo, a grande diversidade regional e a necessidade que tinha a Igreja de não confinar-se apenas numa ação estritamente diocesana, mas, encarando explicitamente os desafios nacionais e regionais' (MARIAE, 1994: 87). Em virtude destas contribuições da ACE, a CNBB sensibiliza-se para a implementação de uma ação pastoral para além dos muros da paróquia¹⁷¹, sobretudo, nas cidades de porte médio e nas metrópoles.

Como muitos outros grupos não menos importantes do período, que vieram posteriormente a descompor-se, a ACE deixou de existir nos anos 60, consolidando marcas profundas na ação pastoral da igreja, vigoradas até hoje.

A CNBB foi criada pelo arcebispo de Recife, D. Helder Câmara, como fruto da racionalidade pastoral da ACE. Surge, assim, uma instituição eclesial, reprodutora da religiosidade ética, da congregação, dos trabalhos sacerdotal e leigo.

Nos primeiros anos, com D. Helder na presidência, a CNBB concretizou sua ação em torno da reforma agrária, com o apoio de setores progressistas da ação pastoral católica: dos leigos e do clero. A criação da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) foi fruto dessa época, com o apoio da CNBB.

Posteriormente, a CNBB reproduziu uma religiosidade ética, interinamente consolidada pela interferência sacerdotal. Assim, a hierarquia do clero sobre o leigo

¹⁷¹ Paróquia: igreja local.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

tornou-se predominante. Cresceu como uma organização burocrática, com recursos financeiros próprios e começou a publicar documentos, assegurando a interferência sacerdotal no trabalho leigo.

Com a instalação do Período Militar, uma peculiaridade aconteceu na Igreja Católica do Brasil, em virtude de coincidir com o acontecimento do Concílio Vaticano II. Em muitos países, o trabalho leigo depois do Concílio, tendeu a adquirir maior importância. No Brasil, bateu de frente com segmentos da hierarquia eclesiástica que apoiaram o Golpe Militar. Esse segmento conservador da Igreja tornou-se o grande elo que cravou os embates entre as propostas inovadoras do Concílio e os efeitos repressores do Golpe. Enquanto a Igreja Universal dava um passo à frente em declarações e doutrinas, a Igreja do Brasil recuava, o leigo era suprimido, a CNBB via-se sem prestígio e os progressistas eram criticados.

Com o Golpe, muitos leigos foram perseguidos e a Igreja nem sempre os defendeu. Depois que a ACE foi extinta, os leigos perderam incentivos para dinamizarem melhor suas atividades na Igreja. Aqueles que tinham sido mobilizados antes de 64 e que queriam levar a sério as propostas do Vaticano II, simplesmente não tiveram apoio, em razão do qual, levou-se a uma maior regionalização do trabalho leigo.

O MEB172 foi outro exemplo brilhante na identificação desses Programas Pastorais no Nordeste, em virtude do grande destaque que desenvolveu em torno do trabalho leigo. Criado por Dom Eugenio Sales em Natal (Rio Grande do Norte), o MEB foi uma experiência com escolas radiofônicas que, vinculadas a programas diários, atingia várias regiões. A alfabetização, noções de higiene, saúde, técnicas agrícolas foram algumas das ações junto ao homem do campo, promovidas pelo MEB. A experiência se expandiu para várias regiões do País, em parceria com a CNBB e o Estado, no então governo de João Goulart. Essa importante experiência pastoral entrou em crise e acabou em meados da década de 60, quando se expandiram os conflitos entre leigos e o clero.

¹⁷² Movimento de Educação de Base.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Primeiro, levando-se em consideração o fato de o clero ser responsável pela seleção de monitores e segundo, por, supostamente, ter expandido as ideologias comunistas à beira do Golpe Militar e ir de encontro aos segmentos do presbitério.

O PANORAMA DO PÓS-GUERRA E A AÇÃO PASTORAL:

As linhas ideológicas do pós-guerra (nos anos 50 do século XX) identificam-se, não somente na sustentação da Guerra Fria, consolidando a divisão do mundo nos blocos capitalista e socialista, mas, também, em afirmações políticas em prol do nacionalismo e do desenvolvimento. Sobretudo por parte das nações que não pertenciam ao grupo privilegiado das industrializadas, foi vigorosa a busca pelo desenvolvimento, provocando revoluções, guerras localizadas e levando, automaticamente, à autonomia política de numerosos países dos continentes asiático e africano.

Não se trata de expor aqui sobre o significado da Guerra Fria, mas de demarcar que as mudanças concretizadas na América Latina influenciaram os novos rumos da ação pastoral católica do Brasil. O que fica evidente, de antemão, é que a ação pastoral volta a sua linha de trabalho para a área rural. E, não por coincidência, este foi um período em que 90% das terras agricultáveis do Continente pertenciam a somente 10% de proprietários e somente 1/5 das terras cultiváveis eram aproveitadas, o que resultou: de um lado, uma grande população rural ficou sem terras; do outro, as tentativas de reforma agrária foram frustradas.

Como reforço aos novos rumos da ação pastoral à área rural, Beozzo (1996) destaca a produção de duas encíclicas pelo papa João XXIII e, a adaptação que a CNBB fez destes documentos, diante da realidade brasileira. São marcos históricos para a entrada inicial do Vaticano II no Brasil: a *Mater et Magistra* e a *Pacem in Terris*, sendo ambas publicadas anteriormente à finalização do Concílio Vaticano II propriamente dita.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

A primeira encíclica publicada foi a Mater et Magistra em 5 de Outubro de 1961 e centrou-se na 'questão agrária'. Deu um vigoroso impulso à linha de trabalho da Igreja para os rumos da vivência pública.

A segunda Encíclica, Pacem in Terris¹⁷³, foi publicada numa quinta-feira santa de 1963, em pleno momento em que toda a Igreja estava empenhada nos trabalhos do Concílio Vaticano II. João XXIII deixa esta mensagem ao mundo, nos últimos momentos de sua vida, em torno da seguinte temática: a Paz.

A Pacem in Terris bem traduz a posição da Santa Sé, no sentido de buscar uma convivência pacífica junto à Ação Católica – especificamente junto à JUC¹⁷⁴. Reconhece a validade desses movimentos sociais, mesmo sendo estes apoiados e defendidos por ideologias “originariamente ateístas”, no caso específico da opção político-ideológica marxista, isto é, de se vincularem aos “radicais comunistas”.

Esta encíclica nasceu da crise que envolveu o Primeiro Mundo, a propósito da instalação de mísseis atômicos em Cuba, levando o mundo à beira de uma III Guerra Mundial e de um confronto nuclear. Fato que chamou a atenção sobre a necessidade de colaboração entre os diferentes países, independentemente dos regimes sociais e políticos. Na América Latina, este contexto produziu um panorama discursivo perante os quais foi concedido a Cuba o direito à sua experiência social e política. Propiciou uma maior denúncia contra a Guerra Fria na América Latina, em resposta aos debates dos militantes leigos dos diferentes movimentos da Igreja Católica no Continente.

No Brasil, o pós-guerra foi um período de marcante empobrecimento no campo, de êxodo rural, secas no Nordeste e extrema concentração da terra. Marcante também foram a miséria, as mobilizações e organizações proletárias agrícolas: 1) entre os cortadores de cana do Nordeste açucareiro; 2) com os colonos expulsos das fazendas de

¹⁷³ Encíclica elaborada por João XXIII, que se identifica como um Documento elaborado anteriormente ao Documento do Vaticano II e que irá revelar as várias realidades de opressão do mundo dentre as quais a reforma agrária, empresarial, tributária, administrativa, eleitoral e educacional.

¹⁷⁴ Juventude Universitária Católica – um dos vários segmentos da Ação Católica.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

café de São Paulo; 3) junto aos pequenos proprietários e lavradores sem terra do R.G. do Sul.

Vigorou-se a tomada de uma política nacionalista, promovida por parte de Getúlio Vargas em 1950. Por isso mesmo, um dos traços principais da plataforma política de Vargas foi um amplo debate em torno do petróleo brasileiro, isto é, à PETROBRÁS cabia o monopólio estatal da referida fonte energética. Deve-se considerar que, nos âmbitos desta discussão política sobre que caminhos tomar rumo ao alcance do desenvolvimento, a ação pastoral católica não ficou à parte. Empenhou-se na criação da SUDENE¹⁷⁵, com propósitos objetivamente delineados para uma real redenção do Nordeste: reforma agrária no campo, industrialização para a região, elevação dos padrões de vida da população. Do mesmo modo, as iniciativas do governo Vargas, para a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e do Plano para o Vale do São Francisco (1952), foram referendadas em reuniões com os bispos destas duas localidades.

Assim, pode-se considerar que a ação pastoral no Brasil esteve, de certa forma, em paridade com as políticas de desenvolvimento do Estado. Em outras palavras, na intenção de conseguir fiéis católicos, pelo lado da Igreja, e, pelo lado do Estado, na pretensão de ampliar as iniciativas políticas dos setores social, educacional e sanitário, o fato é que a intervenção do clero na ação pastoral da Igreja foi muito evidente. Por outro lado, não se pode desconsiderar que o trabalho leigo também faz parte da ação pastoral: no Norte e Nordeste, junto aos partidos e movimentos de esquerda do campo, voltados a atuar junto às forças de controle das oligarquias rurais, ou indo de frente aos segmentos da burguesia agrária do sul cafeeiro.

Portanto, os sentidos de ação militante e leiga são disposições que ficam delineadas na racionalidade pastoral católica do Brasil dos anos de 1950. Foi um período áureo na historicidade dessas práticas, visto que o pós-guerra, os novos alinhamentos

¹⁷⁵ Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

políticos e ideológicos internacionais, a ligação do Brasil ao bloco capitalista americano e o Concílio Vaticano II são fatos que colocaram as igrejas latino-americana e brasileira numa postura mais crítica diante da realidade subdesenvolvida do Continente.

A RELIGIOSIDADE ÉTICA DO CONCÍLIO VATICANO II:

O Concílio Vaticano II efetivou-se entre os anos de 1962 e 1965, mais de 100 anos após o Concílio Vaticano I, acontecido em 1869. Este último alcançou uma durabilidade de 18 anos, mas não se ressaltou qualquer destaque de participação do episcopado da América Latina, tendo presença única dos episcopados italiano, francês, alemão e espanhol. Já no Concílio Vaticano II, a presença do episcopado latino-americano manifestou-se de forma forte e maciça. Possui dois objetivos básicos: 1) De ser um Concílio eminentemente voltado para a expansão de trabalhos pastorais; 2) De ser um Concílio Ecumênico.

O panorama internacional, permeado por aspirações desenvolvimentistas e nacionalistas, em face da divisão do mundo nos blocos capitalista e socialista, trouxe para a Igreja Católica uma situação inovadora. Na Europa Oriental, influenciada pelo bloco soviético socialista, a igreja empreendeu um aprendizado mais dificultoso de convivência com o novo regime, em paralelo ao fato de muitas comunidades católicas encontrarem-se sem condições de manter um convívio ou intercâmbio com as demais igrejas. Na Europa Ocidental, influenciada pelo bloco capitalista americano, a Igreja também encontrou dificuldades ante à instalação de suas ações pastorais. Os E.U.A. e o Canadá destacam-se como áreas onde a Igreja extasiou-se de prosperidades econômicas. Na América Latina, a Igreja passa a sofrer sérias crises vocacionais, com carências nas ordenações para sacerdotes, em paralelo ao sincretismo religioso, sem contar as difíceis estratégias nas ações pastorais missionárias diante das populações indígenas.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

No Brasil, a entrada do Concílio Vaticano II manifestou-se como um dos principais fatores para bruscas mudanças nas estruturas institucionais da Igreja Católica, cujo marco transitório foi a década de 60. Com isto, de uma ação pastoral privada, familiar e tradicional, amparando-se na prática exclusiva de “somente rezar”, avança para uma prática mais pública, mais militante, firmada para além do ambiente familiar, demarcando, então, que não era preciso “somente rezar”, e sim, “rezar e agir”

Portanto, a religiosidade ética do Concílio Vaticano II ratificou a racionalidade da ação pastoral, mediante bruscas transformações na interferência sacerdotal do regime congregacional: os sacerdotes voltam-se para frente do público nas celebrações; é retirado o latim como língua oficial da liturgia, colocando a língua local no seu lugar; desmistifica-se a divinização dos sacerdotes; os cantos gregorianos são abandonados, substitui-se por instrumentos musicais modernos como o violão e cantos mais populares, clamando por canções mais integradas com vocábulos populares.

Outro ponto igualmente importante nas demarcações da nova religiosidade ética do Concílio Vaticano II, diz respeito às concepções intelectuais impregnadas, pela primeira vez, em torno do designado “homem moderno”. Esse último emerge a partir de meados do século XIX e início do século XX. Tem um perfil de ser extremamente cioso por liberdade, confiante na força da ciência e da técnica, com um espírito intensamente crítico frente aos rumos da tradição, colocando a sua experiência pessoal frente aos ditames morais: bem e mal, certo e errado. A hierarquia eclesial da Igreja Católica passa a olhar os seus fiéis como sujeitos portadores de relações interpessoais, isto é, inseridos em padrões culturais distintos. Em outras palavras, trata-se de uma nova interface, demarcada não só frente aos moldes de uma realidade sagrada, bem como diante dos ensejos da realidade profana. Fé e Cultura figuraram esta nova forma de concepção da Igreja, isto é, o diálogo entre o sagrado e o profano reconhecendo que sua



missão diante dos fiéis deve se entrelaçar com o reconhecimento de suas inserções culturais¹⁷⁶.

No entanto, não é cabível afirmar que a nova religiosidade ética do Vaticano II conseguiu desprender-se totalmente de velhos sentidos institucionais. São sentidos que ainda mantém a relação clero-leigo da ação pastoral católica subjugada a estruturas congregacionais e hierárquicas. Matos (1996) faz evidenciar essa estrutura congregacional-hierárquica como uma pirâmide: a autoridade é comunicada do vértice – especificamente representada pelo papa – para as bases inferiores, cardeais, bispos e padres. No caso da igreja do Brasil, essas instâncias se dispõem tendo no vértice o clero e na base, os leigos, expressamente representados pelos agentes da ação pastoral.

O REGIME DE CONGREGAÇÃO DA AÇÃO PASTORAL:

Conforme foi dito anteriormente, a interferência sacerdotal e o trabalho leigo são práticas que implementam o regime de congregação da ação pastoral católica. É válido assinalar que na relação clero-leigo, nem tudo foi harmonioso, pelo contrário, o antagonismo hierárquico possibilitou o surgimento de duas facções na ação pastoral: de um lado, a conservadora e, de outro, a progressista.

Beozzo (1996) destaca três tipos de forças, mediante as quais se estabeleceram as diretrizes da facção conservadora:

- a) grandes latifundiários, empresas agrícolas, nacionais e estrangeiras: foram denunciadas por roubos e invasões em terras indígenas, violência contra posseiros, trabalho escravo e pagamento de ínfimos salários aos trabalhadores;
- b) grande imprensa: inicialmente chegou a formar uma frente ampla com alguns segmentos do clero pela redemocratização do País, mas depois converteram-se em um mecanismo de duras críticas aos movimentos populares;

¹⁷⁶ Constituição *Gaudium et Spes*, p. 143-256.



c) política norte-americana para a América Latina: apoiou e sustentou os regimes militares latino-americanos, revelando-se possuir uma posição de claro combate à aliança entre igreja, Teologia da Libertação e movimentos populares.

A conjunção destas forças encontrou no Período Militar um instrumento eficaz em favor da repressão aos movimentos sociais e à facção progressista da ação pastoral, como foi o caso das CEBs¹⁷⁷. A TFP¹⁷⁸ tornou-se a principal porta-voz da facção conservadora da ação pastoral. Suas ações se desenvolveram no sentido de “alertar” a sociedade diante de um possível “golpe comunista”. O argumento era de que os bispos que defendiam essas reformas estavam sendo “inocentes úteis” nas mãos dos “radicais comunistas”. Esta mobilização trouxe, ao longo da década de 60, muitas inseguranças de relacionamento junto às duas facções (BRUNEAU, 1974: 395).

Pelo lado da facção progressista, a Ação Católica, o MEB, e as CEBs são alguns exemplos dos principais Programas Pastorais, cujo auge de atuação foi demarcado nas décadas de 50 a 70. Eles fizeram a ação pastoral voltar-se para os problemas da realidade social brasileira em concordância com as recomendações do Concílio Vaticano II. A reforma agrária, a sindicalização rural e a educação de base foram os principais campos de atuação da ação desses Programas junto à facção progressista.

O agravamento da violência impregnada pelo Ato Institucional nº 5, em 1968, coincide com o desencadeamento da campanha em favor da criação de um Tribunal Internacional para os Direitos Humanos. Iniciada pela direção da CNBB, contou com amplo apoio dos Programas Pastorais da facção progressista, como foi o caso das CEBs, além dos teólogos da libertação. Despontaram contra as torturas e a violência que partiam de órgãos de repressão policial e do Estado - a Lei de Segurança Nacional, os Órgãos de Segurança (DOI-CODI), além de outros mais. Com o apoio do episcopado de igrejas da América Latina vivendo a sufocante situação das ditaduras militares, a campanha se expandiu.

¹⁷⁷ Comunidades Eclesiais de Base.

¹⁷⁸ Tradição, Família e Propriedade.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Várias Conferências Episcopais do mundo inteiro – como França, E.U.A., Ásia e outros – passaram a co-participar com a CNBB da iniciativa militarizadora. Universidades, entidades e associações de pequeno porte ou de prestígio internacional entraram também na mobilização.

Porém, no ano de 1977, a CNBB é informada pelas instâncias da Santa Sé de que desaprovava a realização do projeto. Os argumentos foram estabelecidos em função de considerar que, em primeiro lugar, tal iniciativa “ultrapassaria a sua competência” enquanto Conferência Nacional e, em segundo lugar, porque poderia travar “questionamentos radicais e extremados” (apud BEOZZO, op.cit.).

É notório assinalar que dois debates teológicos incrementaram os planos de ação pastoral das duas facções: 1) a teologia renovada que, muito embora se dispusesse a firmar uma renovação nas estruturas tradicionais das paróquias, congregações religiosas e colégios católicos, julgou ser necessário manter canais abertos de diálogo com os segmentos dominantes do Estado Militar; 2) A teologia da libertação que promoveu o desdobramento da ação pastoral junto aos segmentos populares, enfatizou a importância de um deslocamento das congregações religiosas dos colégios para as comunidades inseridas na pobreza e foi a grande responsável pela criação de trabalhos leigos saídos de lideranças não somente do campo, bem como dos meios operários, a exemplo da Pastoral Operária.

O PLANO DE UNIFICAÇÃO DA AÇÃO PASTORAL:

De acordo com Beozzo (1996), os novos rumos da ação pastoral no Brasil começam a ser demarcados não somente em virtude do acontecimento do Concílio Vaticano II, bem como pelo estabelecimento de um planejamento unificado na igreja latino-americana nos finais da década de 50, após o papa João XXIII ter convocado os bispos do continente. O fato de ser uma terra substancialmente católica, onde está



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

concentrada grande parte do clero da Igreja, não escapou às idéias do papa, quando, na ocasião desta convocatória, pediu aos bispos que se empenhassem na elaboração de um plano de atividades correspondente à realidade latino-americana. Em sua carta, propôs o empenho da Igreja no campo social, inclusive com o reavivamento da Ação Católica, e mais, o acolhimento da colaboração de outras igrejas. Mesmo levando em consideração a forma crítica e progressista que tinha de pensar e interpretar os fatos da humanidade, o desejo de João XXIII 'virou letra morta'. Todavia, o episcopado brasileiro toma a linha de frente em relação aos demais países latino americanos, a partir do chamado 'Plano de Emergência'.

O "Plano de Emergência" foi criado no Brasil, com quatro propostas básicas: renovar periodicamente as paróquias, criar escolas ligadas à Igreja Católica, consolidar a atuação da Igreja nas áreas sociais e econômicas e implantar um ministério presbiterial, com o propósito de se criar coordenações interparoquiais. Esta decisão deu ao clero a responsabilidade direta na elaboração das linhas de ação dos Programas Pastorais da Igreja no Brasil, adotando genéricos segmentos nas propostas, independente da localidade.

Em seguida ao Plano de Emergência, veio o PPC (Plano de Pastoral de Conjunto), publicado no Documento de Medellín¹⁷⁹. O PPC, por sua vez, contribuiu na criação das diretrizes gerais da ação pastoral da CNBB, renovadas a cada quatro anos. As primeiras linhas foram sistematizadas para os anos de 1966-1970, calcadas nos textos do Concílio e interpretadas à luz da realidade brasileira, possibilitando, de certa forma, que a Igreja 'deixasse de lado a contínua importação de receitas pastorais da Europa'. Portanto, no Brasil, a Igreja Católica foi uma das pioneiras no estabelecimento dos planos unificados de ação dos Programas Pastorais, primeiramente através do Plano de Emergência e, posteriormente com a criação do Plano de Pastoral de Conjunto (cf. BEOZZO, op. cit).

¹⁷⁹ II Conferência do CELAM, realizada na Colômbia, no ano de 1968. Foi a primeira a acontecer após o Vaticano II, com a seguinte temática: "A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II".



CONCLUSÕES

É notório considerar que os comportamentos sociais não mudaram da noite para o dia, e que, apesar da chegada do Vaticano II demarcar uma fase inovadora na Igreja Católica, ela foi impregnada em meio a uma multiparidade de acordos e desacordos na sua ação pastoral. Com isto, as propostas do Concílio de ecumenismo, de diálogo com as instâncias da sociedade, como no caso dos movimentos sociais, abateram-se sobre as massas, como algo confuso, levando em consideração uma repercussão muito mais polivalente do que de visões unificadas.

O pós-guerra e o Concílio Vaticano II são acontecimentos que colocaram a ação pastoral católica, face a dois marcos históricos: 1) Piedade Tradicional; 2) Onda Militante. Por sua vez, são marcos que estabeleceram distinções na finalidade da ação pastoral e, conseqüentemente, nos eixos de sua racionalidade.

Fixada anteriormente ao pós-guerra e ao Vaticano II, a Piedade Tradicional dispôs a ação pastoral vinculada a práticas de oração e contemplação. Atingiu uma dimensão sagrada, transcendente, em convivência exclusiva com os ensinamentos da Bíblia. Ancorou-se em dogmas da sociedade tradicional que, não cabe aqui aprofundar. A Onda Militante dispôs a ação pastoral nos rumos denúncia e da transformação social, amparada nas propostas do Vaticano II de ecumenismo e de secularização. As atuações da ACE, do MEB, das CEBs evidenciaram o trabalho leigo, proveniente do regime congregacional da ação pastoral.

Portanto, dois são os eixos base de demarcação da racionalidade da ação pastoral católica no Brasil dos anos 50 a 70. Primeiro, a “religiosidade ética”, instituída pelas normas das instâncias eclesiais (Concílio Vaticano II, CELAM, CNBB). Segundo, o ‘regime de congregação’ diluído nos Programas Pastorais. No enlance com a história, a hierarquia do clero sobre o leigo ficou sempre evidente, de modo a favorecer os mecanismos de instituição da igreja católica.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil. *Religião e Sociedade*, maio, 1977.
- BENEDETTI, Luiz Roberto. Propostas teóricas para entender o trânsito religioso. Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, n o 45, ano 13, 1994.
- BEOZZO, José Oscar. Cristãos na universidade e na política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- _____. História da Igreja no Brasil. De Medellín a Santo Domingo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- BRUNEAU, Thomas C. Catolicismo brasileiro em época de transição. São Paulo: Edições Loyola, 1974.
- CELAM. CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. A Igreja na Atual Transformação da América Latina à Luz do Concílio. Conclusões de Medellín. 8ª Edição. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1985.
- CELAM. CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina: Conclusões de Puebla. 8ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Diretrizes da ação evangelizadora da Igreja no Brasil. 1999/2002. São Paulo: Paulinas, v. 61, 1999.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II, Constituições, Decretos, Declarações. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MARIAE, Servus. Para entender a Igreja no Brasil: A caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MATOS, Henrique Cristiano José. Caminhando pela história da Igreja. Belo Horizonte, MG: O Lutador, 1996.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Livraria Pioneira, 1985.
- _____. Sociologia da religião. In: Economia e Sociedade. Brasília: UNB, 1994